

# Princípios do Equador: diálogo entre a sociedade e os bancos? Uma visão brasileira

Marco Antônio Dias\*  
Henrique Altemani de Oliveira\*\*

---

## Resumo

Precisamente em 2003, os bancos do Equador anunciaram o que hoje conhecemos como Princípios do Equador (PE), que são iniciativas voluntárias de boas práticas ambientais em financiamentos de project finance. O tema se justifica pela existência de um intenso debate entre a sociedade civil engajada pelas organizações não governamentais, e os bancos signatários. Exatamente neste aspecto que a literatura internacional, que cobre o tema, deixou de explorar os Princípios do Equador como diálogo entre os bancos e a sociedade, abrindo o espaço para uma nova abordagem, e conseqüentemente um novo ponto de vista.

**Palavras-chave:** Princípios do Equador; mercado financeiro; responsabilidade socioambiental.

## Abstract

Precisely in 2003, the Equator banks announced what we know as the Equator Principles, which are voluntary initiatives of good environmental practices in funding for Project Finance. The theme is justified by the existence of an intense debate between civil society engaged in non-governmental organizations, and banks signatories. Exactly at this point the international literature covering the topic, has no longer checked a new approach of the Equator Principles, such as a dialogue between the banks and society, opening room for a new approach, and thus a new point of view.

**Keywords:** Equator Principles; financial market; social and environmental responsibility.

---

\* Economista pela USJT, Pós-Graduado com MBA em Economia do Setor Financeiro pela FEA/USP, Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo-IPT/USP, Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP. Docente titular da FAAP. Docente colaborador da Unicamp. E-mail: mdayeas@terra.com.br

\*\* Graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela USP. Professor de Relações Internacionais da PUCSP, Coordenador do REDEALAP, Pesquisador do Observatório Ibero-americano de Ásia-Pacífico, Membro da Rede Ibero-americana de Sinologia. E-mail: henrique.altemani@gmail.com

Este artigo tem como objetivo estimular a ampliação do debate científico-acadêmico e social acerca das relações socioambientais em financiamentos bancários, especialmente no Brasil. A principal linha de discussão deste artigo será estabelecer um constructo que, fundamente ou não, as razões pelas quais a sociedade brasileira desconhece a existência dos Princípios do Equador (PE). Portanto, estaria ela em desvantagem, para mobilizar-se ou reagir, diante de uma constatação de que os compromissos assumidos pelos bancos signatários deste documento estariam sendo violados e por ocasião disto, não cumpridos.

Considerar-se-á a intensificação da presença da temática ambiental nas duas últimas décadas, tanto no contexto doméstico quanto nos fóruns internacionais, envolvendo a questão do desenvolvimento social sustentável.

## **Introdução**

Para iniciar esta discussão podem-se tomar os registros das ideias ecológicas que remontam ao século XIX (ou até antes), entretanto, o ambientalismo como causa e efeito de uma significativa guinada de mentalidade só aparecem no contexto da pós-II Guerra Mundial, basicamente nos anos 1950 e 1960 (McCormick, 1992), onde o crescimento do *ethos* ecológico se manifesta em forma constante.

Existe vasta pesquisa empírica que demonstra a aparição gradual e ampliada de novos valores que transcendem a orientação para as necessidades humanas básicas, própria dos valores tradicionais (chamados materialistas pela literatura especializada em cultura política) (Inglehart, 1990). Para observar a emergência do ambientalismo em relação aos atores sociais, propriamente dito, deve-se remeter aos anos 1960, onde grupos e Organizações não Governamentais começam a aparecer e a crescer de forma exponencial a partir daqueles anos (Durrell, 1986; Caldwell, 1990; McCormick, 1992; Viola e Leis, 1991). O Fundo para a Vida Selvagem (WWF), a primeira Organização não Governamental (ONG) ambiental de espectro verdadeiramente mundial, foi criada em 1961.

Nos anos 1960, a preocupação científica pela questão ecológica está já consolidada e projetando-se sobre a opinião pública mundial (Rachel Carlson publica seu famoso *Silent Spring* em 1962, e a partir de 1968, o Clube de Roma começa a trabalhar na série de relatórios científicos),

do mesmo modo, nos anos 1970, o ambientalismo não governamental se encontra firmemente engajado dentro das sociedades americana e europeia.

Fortemente marcada pela Conferência de Estocolmo (1972), a década de 1970 registrou o começo da preocupação do sistema político (governos e partidos) com as causas ambientais. A partir daí, assistiu-se à emergência e expansão das agências estatais de meio ambiente, assim como do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Consequentemente, na década seguinte, já encontram-se os partidos verdes tendo um expressivo papel (o Partido Verde Alemão chegou ao Bundestag em 1983) e o sistema político partidário da maior parte das democracias ocidentais numa fase de absorção e institucionalização das questões ambientais.

A década de 1980 é marcada pelo Relatório Brundtland (Comissão Brundtland foi criada em 1983 e publica seu conhecido relatório *Our common future*, em 1987), onde os atores vinculados ao sistema econômico (Drucker, 1989; Schmidheiny, 1992), alinhados ao conceito de desenvolvimento sustentável e à ideia de um mercado verde, impulsionam as empresas dos anos 1990 a começarem rapidamente recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais.

No contexto desta emergência e expansão por ondas sucessivas e convergentes, encontra-se nos anos 1990 um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado.

O movimento iniciado no final do século passado, tal como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global (Rio-92), deixam claramente em evidência um perfil complexo e multidimensional de grande capacidade de ação ética e comunicativa, que o conduz para um eixo social fundamental, na direção de uma maior cooperação entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos (Leis, 1993).

Foi nesta direção, em 2003, que o Banco Mundial por meio do International Finance Corporation (IFC) e um grupo de bancos privados caminham ao lançar os Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais usados na avaliação de crédito a projetos de infraestrutura com valor acima de U\$10 milhões. Os critérios são baseados nos padrões ambientais do Banco Mundial e nas políticas sociais do International

Finance Corporation (IFC). Seis anos depois, 69 instituições financeiras do mundo todo já aderiam, voluntariamente, aos Princípios do Equador (PE). Algumas delas brasileiras como o Bradesco, Banco do Brasil, Banco Itaú-Unibanco e Caixa Econômica Federal.

Acredita-se que a adoção e a aplicação dos Princípios do Equador ofereçam benefícios significativos para os bancos e para a sociedade em geral, impactando principalmente sua conduta ambiental, estimulando habilidade de documentar e gerenciar os riscos relacionados a questões ambientais e sociais associados aos projetos que os bancos financiarão. Dessa forma, permite um engajamento pró-ativo com todas as partes envolvidas nas questões de política ambiental e social, trazendo uma forma ‘contratual’ de proteger as pessoas que dependem de recursos naturais e por que não dizer toda sociedade, que vê nestes recursos a qualidade de vida minimamente necessária à perpetuação de todas as espécies do planeta (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, 2006).

### **Forças desproporcionais entre a globalização e o meio ambiente**

O termo “meio ambiente” considerado pelo pensamento geral como sinônimo de natureza, local a ser apreciado, respeitado e preservado, dá lugar à noção espacial no ser humano de pertencimento ao meio ambiente, no qual possui vínculos naturais para a sua sobrevivência. Deve abarcar também o ‘meio ambiente’ um sentido de ecossistema, um conjunto de realidades ambientais considerando a diversidade do lugar e a sua complexidade, lugar onde se vive cotidianamente (casa, escola e trabalho).

Segundo Chesnais (1996), o significado do adjetivo “global” e a construção de sua ideologia surgem nas escolas de administração americanas e foram adotadas por grandes industriais japoneses. Entretanto, o termo “mundialização”, de origem francesa, encontrou obstáculos porque o uso da língua inglesa tem mais abrangência e influência no meio empresarial.

Contudo, esse termo é mais claro conceitualmente do que “global” ou “globalização” para Chesnais (1996), pois a palavra “mundial” define com mais precisão a ideia de que “[...] se a economia se mundializou, seria

importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento”.

Então, segundo esta consideração segue o conceito:

[...] a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas. (Chesnais, 1996)

[...] o termo “global” se refere à capacidade da grande empresa de elaborar, para ela mesma, uma estratégia seletiva em nível mundial, a partir de seus próprios interesses. Esta estratégia é global para ela, mas é integradora ou excludente para os demais atores, quer sejam países, outras empresas ou trabalhadores. (Chesnais, 1996)

Numa outra linha crítica baseada na hegemonia como ação e reação, Wanderley (2010) afirma que a globalização é um conceito de múltiplos significados convergentes por diversas correntes teóricas, que a caracterizam pela existência de processos de relações fundadas na interdependência social e global, entre grupos, associações, nações e movimentos.

Ainda segundo Wanderley (2010), deste conceito apresentado, abre-se sob sua ótica, duas novas linhas conceituais como segue:

[...] globalização hegemônica, por esse ângulo, a referência básica é a da globalização econômica, marcada pela atuação das corporações transnacionais, das empresas multinacionais, dos governos, que ultrapassam as fronteiras nacionais, impactando os processos e meios de produção, de comércio, de trabalho. (Wanderley, 2010)

[...] Em contraposição, na chamada globalização contra-hegemônica, instala-se a economia solidária com a expansão do cooperativismo, formas de propriedade comunitária e autogestionária, orçamento participativo, empresas geridas pelos trabalhadores, políticas de desenvolvimento sustentável, renda universal etc. (Wanderley, 2010)

Entre essas observações, ainda vinculam a globalização na homogeneização cultural, e essa homogeneização, segundo estes críticos, tem sido responsável pelo aumento da marginalização das sociedades incapazes de gerar riqueza. Enfim, levam a cabo tais críticas a ponto de, responsabilizar a globalização na priorização do investimento de capital de

grandes corporações (IDE),<sup>1</sup> ao invés de proteger o meio ambiente e prover as necessidades humanas básicas, educação e emprego para a maior parte da população. Será que esta é uma vocação desta globalização?

Já para Giddens (1999), existem duas escolas de pensamento sobre a globalização: os Hiperglobalizadores e os Globalizadores céticos. Os Hiperglobalizadores enfatizam estatísticas ligadas ao crescimento robusto do comércio internacional e a predominância do modelo corporativo multinacional, e creditam na globalização a expansão do mercado global e que, esta expansão tem sido prejudicada pelo poder dos Estados.

No entanto, os céticos acreditam que houve mais comércio global no século XX e na última parte do século XIX do que nos dias atuais, sugerindo mais desenvolvimento no comércio de outrora. Ainda pode-se atribuir aos céticos uma visão de esquerda, baseada no discurso de que; se a globalização não tem nada de inovação, o estado de bem estar, a estrutura da democracia social e alguns aspectos do poder econômico nacional estarão mantidos.

Finalmente, para tratar o tema de forma plural, não se pode deixar de trazer uma reflexão das Ciências Sociais, cabendo sugestivamente uma reflexão isolada do ponto de vista da ciência propriamente dita, conforme discute Ianni (1998) a seguir,

A globalização do mundo pode ser vista como um processo historicossocial de vastas proporções, abalando mais ou menos drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam ou impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos. Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as gentes e as ideias movem-se

---

1 Aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países. O investimento de capital estrangeiro pode ser direto, quando aplicado na criação de novas empresas ou na participação acionária em empresas já existentes; e indireto, quando assume a forma de empréstimos e financiamentos a longo prazo. Os investimentos privados no exterior são feitos geralmente em decorrência de algumas motivações básicas: 1) visando a um lucro maior, ou a maiores facilidades fiscais e/ou legislativas do que se conseguiria no próprio país; 2) na expectativa de variações cambiais favoráveis; 3) por temor a mudanças políticas ou fiscais no país de origem.

em múltiplas direções, desenraizam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se.

Como visto nos parágrafos anteriores, podemos lidar com a globalização de várias formas, conceituando-a de várias maneiras, imaginando-a como um conceito multifacetado, como uma palavra-chave, que permeia temas dos mais diferentes fundamentos ideológicos das últimas duas décadas. Contudo, a globalização tem sido apontada como a causa e a cura para todos os males do mundo, transformando o tema em algo usual, tão usual, que o conceito se tornou complexo e impreciso. A dificuldade às várias tentativas em defini-lo está no fato de que a globalização se manifesta através de situações e eventos individuais, podendo ocorrer tanto em escala global como local.

Enfaticamente, pode-se dizer que a globalização é um terreno fértil para debates, que atraem oponentes e apaixonados. Existem os que estão a favor e argumentam que a globalização, incluindo o livre comércio e investimentos, são necessários para alcançar a prosperidade econômica e o bem estar, fundamentados no paradigma do desenvolvimento sustentado. Existem, também, os que são contra, marcando suas posições distantes deste conceito de “desenvolvimento sustentável”, acusando a globalização pelo mau uso dos recursos naturais.

Nesse prisma de transformações socioeconômicas, agudizaram as crises socioambientais, que segundo Fiori (1997), ocasionou a desterritorialização da política, em que o Estado é colocado em xeque pelos padrões de internacionalização do processo decisório, e depois também, pelo movimento crescente de desterritorialização de empresas e conglomerados industriais em busca de melhores condições que favoreçam os fatores de produção. De acordo com Chesnais (1999), tal mobilidade das empresas decorre das novas formas de organização da produção, permitindo buscar vantagens comparativas em diferentes locais do mundo.

Retomando a questão explicitada anteriormente, a desigualdade social tem mostrado um crescimento quando relacionado com a

globalização neoliberal,<sup>2</sup> caracterizando o conhecido processo de exclusão social.<sup>3</sup> Tal processo abre outra dimensão da relação entre desigualdade/exclusão social e degradação ambiental, pois o ponto crucial que conduz o diálogo entre os ambientalistas, raramente contextualiza as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas que “empurram” os “excluídos” contra o modelo conservacionista ambiental, dada sua necessidade de sobrevivência.

Diante dessa contextualização, tem um caso clássico no Brasil, um exemplo que brota do modelo de geração elétrica deste país que é fundamentado no modelo hidráulico. Há quase duas décadas, os brasileiros que residiam próximos aos grandes potenciais hidráulicos foram atingidos pela crescente instalação de barragens, dando origem a uma das maiores e mais bem articulada organização não governamental deste país, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (2008), com as privatizações, a energia elétrica passou a ser controlada e colocada a serviço das grandes empresas transnacionais. A geração elétrica de nosso país tem como destino abastecer os grandes consumidores de energia elétrica, principalmente a chamada indústria eletro intensiva (celulose, alumínio, ferro, aço, entre outras) e os grandes supermercados (*shoppings*), oferecendo a estes, energia subsidiada.

Ainda, de acordo com o MAB (2008), no Brasil atualmente existem 665 grandes consumidores de energia e sozinhos consomem aproximadamente 30% de toda energia elétrica brasileira. Além disso, recebem energia ao preço de custo real, aproximando ainda mais o modelo energético dos mecanismos e lógica de funcionamento do “capital financeiro”, organizado em um grande “monopólio” privado do capital internacional para permitir a especulação e as maiores taxas de lucro.

---

2 Doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Estruturou-se no final da década de 30 por meio das obras do norte-americano Walter Lippmann, dos franceses Jacques Rueff, Maurice Allais e L. Baudin e dos alemães Walter Eucken, W. Röpke, A. Rüstow e Müller-Armack. Como a escola liberal clássica, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços. Entretanto, defendem o disciplinamento da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema (Sandroni,1999).

3 Carência de recursos materiais e sentimento de não-pertencimento ao tecido social – podem levar ao retorno de uma situação em que predominam as relações de intercâmbio direto com a natureza (extrativismo, caça, pesca) de modo forçado (processo de exclusão social) e desqualificado (famílias sem os conhecimentos necessários para sobreviver partir dos recursos naturais)



Diante desta crise socioambiental, surgem diferentes modelos de desenvolvimento sustentável, no entanto, todos os modelos sugerem de forma hegemônica soluções para sociedades de percepções totalmente diferentes daquelas que serviram de análise para as tais soluções. A primeira concepção de desenvolvimento sustentável nasce no seio das manifestações do Estado e das corporações, a qual foi concebida e manifestada no Relatório Brundtland (1987), produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, Mészáros (2002), alerta:

[...] argumentar que “ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo” é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe, a saber, se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo –, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros.

Para melhor compreensão desta crise socioambiental parte-se da literatura existente, que considera que os impactos ambientais da reestruturação produtiva e tecnológica podem ser diretos ou indiretos, sendo necessário levar em conta que estas consequências específicas da globalização diferem das econômicas em tempo e espaço.

Ainda buscando referências consagradas pela literatura internacional, deve-se atentar para a observação de Marx e Engels (1991), a respeito da degradação ambiental ao ritmo do progresso:

Feuerbach... sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feuerbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe é a sua “existência”, a água – para retomar apenas uma das proposições de Feuerbach. A “existência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas

águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.

Tais consequências têm em geral, efeitos de longo prazo com características dinâmicas, cumulativas e difíceis de medir por estar em alguns casos associadas a parâmetros qualitativos. Contudo, muitas destas consequências não se veem necessariamente espelhadas nos mercados como, por exemplo; contaminação transfronteiriça, repercussões nos bens globais, impacto sobre a paisagem e perda de biodiversidade. (Ocampo 2003 apud Cepal-PNUMA, 2001)

De acordo com Ocampo (2003), geram-se impactos ambientais diretos através da utilização das novas tecnologias para os cultivos alimentícios, industriais e energéticos; a exploração de novos recursos naturais renováveis e não renováveis; a criação e dispersão de novas formas biológicas, e a emissão de novas substâncias no ambiente. Estes impactos ambientais indiretos são gerados através das reacomodações sociais, econômicas, políticas e demográficas que obedecem às mudanças de preços e demandas, da organização social do trabalho, dos sistemas de produção, do emprego, da divisão internacional do trabalho, dos serviços e da realocização e natureza das atividades e assentamentos humanos, induzidos pela penetração da nova onda tecnológica.

No entanto, a palavra de ordem nas questões que envolvem mercado e meio ambiente é eficiência, ficando por conta das inovações tecnológicas a missão de consagrar o melhor aproveitamento dos recursos naturais e diminuir os efeitos nocivos das atividades produtivas, ao menos tem sido este o discurso proferido pela “elite empresarial”, a qual segue questionada por vários autores que tratam do tema.

Muito embora tal parágrafo acima discorra sobre diminuição dos “riscos” da atividade produtiva, Beck apud Lisboa (2007) afirma que nem sempre é possível repartir tais riscos segundo critérios de classe ou poder. O exemplo do aquecimento global parece oportuno, pois tanto pode causar impactos em países menos industrializados, que se supõe terem pouco contribuído para o aquecimento global, como países industrializados (França, Alemanha, Japão entre outros) que foram os grandes vilões na emissão de gases de efeito estufa.

Beck apud Lisboa (2007), amplia ainda mais esta discussão quando afirma que uma característica típica desta sociedade de risco é o fato destes riscos não serem riscos naturais, cujos impactos a ciência ainda

não possa prevenir e minimizar. Mas, justamente ao contrário, fruto de resultado da tecnociência que aplica soluções para minimizar riscos “naturais”, provoca “efeitos colaterais” cujo resultado implica em riscos potencialmente mais perversos (incineradores para eliminar resíduos tóxicos produzem substâncias tóxicas ainda mais perigosas do que esses resíduos).

Com muita frequência, a ciência só descobre os danos colaterais de tecnologias e produtos quando estes ocorrem, entretanto tal fato se deve às diferentes velocidades com que se podem descobrir e inventar novas tecnologias.

Em virtude da incerteza acerca dos possíveis danos de novas tecnologias e produtos, a adoção do Princípio da Precaução significa modificar radicalmente a natureza das decisões a serem tomadas, alterando inclusive sua forma, agora eminentemente política, pois elas têm a ver, antes de tudo, com a aceitabilidade social dos riscos inerentes a cada uma das novas tecnologias, comparando-se estes últimos com os benefícios que essas mesmas tecnologias poderiam trazer.

De acordo com Lisboa (2007), o Princípio da Precaução no papel ético-orientador de políticas públicas nas áreas de meio ambiente, saúde e patrimônio histórico, surge justamente da constatação de que somos incapazes de prever com boa precisão as consequências do nosso poderio tecnológico e que, em situações de incerteza quanto à possibilidade de danos sérios, deveríamos agir de forma preventiva. Como dizem Raffensberger e Tickner apud Lisboa (2007),

A incerteza científica acerca do dano é o fulcro desse princípio. Os problemas cotidianos que cobrem vastas dimensões de tempo e de espaço não são facilmente avaliados pelos instrumentos científicos atuais. Consequentemente, nós nunca podemos saber se certo tipo de atividade causará danos. Mas podemos confiar na observação e no bom senso para prever e prevenir tais danos.

### **Fetichismo da mercadoria: desafiando a sociedade sustentável**

Os desafios da sustentabilidade do desenvolvimento passam obrigatoriamente por uma ordenação socioecológica democrática, que nos remeta à reflexão sobre as reformas requeridas no interior do Estado e no estabelecimento de instrumentos de planejamento do setor público,

elencando e reorientando as prioridades das políticas sociais e ambientais, expostas aos interesses setoriais de grandes grupos econômicos, e conseqüentemente; sufocando as tentativas de planejamentos globais de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições sociais e do controle da qualidade do meio ambiente.

A análise comportamental de uma determinada sociedade poderá viabilizar a compreensão de sua identidade, a quem estariam sendo direcionados os planos, projetos e produtos de consumo, e como tudo isto pode sensibilizar e mobilizar a percepção destes cidadãos ou grupos de indivíduos em relação ao meio natural em que estão inseridos.

Neste caso, a individualidade não pode ser compreendida e vivenciada fora das condições objetivas e da atividade humana coletiva, e para isso se faz necessário entender a essência e a dinâmica das sociedades. Cabe, mesmo que brevemente, refletir acerca da individualidade no interior da maneira como o capital organiza a vida, até porque mais adiante neste trabalho, são detalhadas estas relações da sociedade.

Diante da pressão econômica exercida sobre a área de criação das empresas, e, diante da velocidade das informações que circulam pelos cinco continentes, as mercadorias precisam estar constantemente se transformando para atender a demanda do grande capital, provocando assim uma sensível redução no ciclo de vida da mercadoria.

Vivemos em um mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (Hobsbawm, 2005)

## **Sociedade, meio ambiente e os Bancos**

A presença da sociologia no planejamento ambiental é bastante recente, em relação aos demais campos do conhecimento que o integram, sendo que a sua entrada e o crescimento de sua importância decorrem especialmente do próprio movimento de organização da sociedade,

como já foi abordado na introdução deste trabalho. As contribuições ao planejamento ambiental, emergidas dos novos conceitos de pesquisa e análise social, ainda são muito frágeis, e frequentemente apresentam resultados incompatíveis com os valores mais marcantes das sociedades estudadas.

Nesse sentido, as relações entre meio ambiente, desenvolvimento e redução da exclusão social, e os novos recursos de planejamento demandados para a viabilização dessas relações em políticas concretas, exigirão uma maior compreensão das sociedades no planejamento ambiental. (Stroh apud Cavalcanti, 1995)

Exatamente Ignacy Sachs, um dos criadores do conceito de desenvolvimento sustentável, afirma que a imaginação social da população e do planejador necessita de conceitos de apoio sob a forma de estudos comparativos das maneiras como outros povos lidam com situações similares.

Daí a necessidade de o planejador ficar sistematicamente exposto aos resultados de semelhante pesquisa, o que lhe dará o sentido da relatividade no espaço e no tempo, ampliando-lhe a perspectiva das dimensões ecológica e cultural do desenvolvimento. (Sachs, 1986)

Essa contextualização inicial retrata a dimensão de dois pilares deste artigo (sociedade e meio ambiente) que se descobrem na relação próxima de sua existência, independente da vontade daqueles que os analisam separadamente. Entretanto, não se pode esquecer de um novo-”velho” personagem do cotidiano, os Bancos, que nas suas relações mantêm estreita relação com os cidadãos, empresas, governos e por que não dizer, com o meio ambiente através de suas ações.

Independente das características apresentadas por cada Banco (atacado ou de varejo), não importando aqui para esta construção analítica; suas relações permeiam grandes e pequenos investimentos que interagem com a sociedade como um todo, e por que não dizer também que o Banco é uma sociedade dentro da sociedade.

Tomando, ainda, este raciocínio como guia, pode-se dizer que o meio ambiente proporciona a percepção que ele é um “objeto natural” apartado do homem, tal qual ele vem sendo sistematicamente apresentado por alguns analistas desavisados. No entanto, se aplicar a estrutura científica ver-se-á que seu bioma estrutural compõe com o meio antrópico e por consequência com o homem.

Finalmente, como já explicitado nos parágrafos anteriores, não será fácil desassociar o tripé sociedade, meio ambiente e bancos, ainda mais porque surge nestas relações um denominador comum: o homem.

De acordo com o Instituto Datafolha (2009), ao indagar o público, aqui tratado de clientes da rede bancária brasileira, a respeito sobre o que faria no caso em que um banco viesse a lhe oferecer “informações sobre os impactos ambientais e sociais de seus investimentos”, 70% dos entrevistados admitiram que passariam a dar preferência a ele. Deste total, 52% fariam isso desde que os serviços e condições comerciais fossem iguais àqueles oferecidos pelo banco atual, enquanto 18% declaram que fariam isso independentemente das condições comerciais e serviços. Já outros 28% declaram que “tanto faz” e, portanto nunca se dariam ao trabalho de mudar de banco. Os restantes 3% não sabem.

Tal comportamento muda radicalmente quando colocado sobre a estratificação social e a escolaridade, quando apenas 40% dariam preferência ao novo banco, na classe D, e 79% fariam isso nas classes A/B. Isso se repete no subgrupo daqueles que tomariam a atitude de qualquer forma: apenas 12% na classe D e 20% nas classes A/B.

Quando o tema abordado na pesquisa avança para um perfil espinhoso, ou seja, quando os clientes são perguntados sobre a postura dos bancos em relação à destruição ambiental, exatamente o perfil de risco que orbita os financiamentos de grande porte e estrutura, conhecidos como *project finance*, e conseqüentemente, os bancos signatários dos Princípios do Equador, o Instituto Datafolha (2009) indica que 81% dos entrevistados concordam que os bancos, sem distinção aos Princípios do Equador, “não fazem o suficiente”. Quando dividido em dois grupos, surgem entrevistados (54%) que entendem que os bancos teriam condição de estimular as melhores práticas sociais e ambientais, e os demais (27%) que afirmam que os bancos “poderiam pelo menos exigir o respeito das leis”. Um pequeno grupo (14%) entende que os bancos já “fazem o suficiente” e outro grupo (9%) afirma “não caber aos bancos a preocupação com o tema”.

Com a mudança de enfoque, de uma agenda negativa (destruição ambiental) para uma agenda positiva (sustentabilidade), o resultado encontrado pelo Instituto Datafolha (2009) aponta que (58%) dos entrevistados apesar de reconhecer a existência de “algumas boas práticas”, desconfia que os bancos gastem mais dinheiro na propaganda do que para realizar as ações divulgadas. Outros 31% vão além disso,

opinando que se trata de mera “maquiagem verde”, não passando de uma estratégia de comunicação.

Somente 5% confiam no engajamento do setor, e os restantes 7%, não possuem opinião a respeito. Mais uma vez, a opção mais crítica, a da “maquiagem verde”, atinge 18% na classe D enquanto sobe para 34% nas classes A/B.

Curiosamente, quando os clientes entrevistados foram levados a apontar os bancos que mais financiam a destruição ambiental, surge uma dualidade: os mesmos bancos que são percebidos como responsáveis pelas boas práticas lideram também esta classificação, respectivamente Banco do Brasil com 11% e Bradesco com 5%. Apenas lembrando que ambos são signatários dos PE, o que agrava mais ainda este resultado. (Datafolha, 2009)

Apesar da abrangência da pesquisa, para este artigo serviram de conclusivo apenas sinais da falta absoluta de conhecimento do grande público de temas específicos que permeiam o meio ambiente e que estão ligados aos bancos via crédito de projetos e operações, como por exemplo: atividades envolvendo produtos hostis à sociedade (armas e bebidas alcoólicas) e desenvolvimento sustentável. Os bancos brasileiros signatários dos Princípios do Equador (PE) figuram em toda a pesquisa, mas não é atribuída a eles uma única linha a respeito de grandes projetos (project finance); que estão dentro deste acordo internacional com mais de seis dezenas de instituições, dentre as quais o Brasil, como um dos países com maior número de participantes (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú-Unibanco e mais recentemente a Caixa Econômica Federal).

Com isto, o Instituto Datafolha dá indícios valiosos de que a sociedade sequer conhece estes princípios, sequer conhece seus bancos signatários brasileiros e tampouco sabe das operações que estes mesmos bancos financiam sob a guarda deste acordo.

A parte destas pesquisas citadas e das declarações voluntárias dos bancos brasileiros signatários dos Princípios do Equador (PE), constante de seus relatórios anuais, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) realizou em 2008, uma avaliação comparativa das ações socioambientais dos bancos no Brasil.

Segundo esta avaliação, o maior destaque ficou por conta do ABN Amro Real, recentemente incorporado pelo banco espanhol Santander, que se destacou pelos incentivos ao consumo sustentável, pelas políticas ambientais, pelo tratamento a resíduos e uso sustentável do material

de escritório, programas internos e indicadores de ecoeficiência. Muito embora isto não faça parte do objeto de estudo deste trabalho, tal registro merece um olhar comparativo com seus pares signatários brasileiros. (IDEC, 2008)

Com esta avaliação citada no último parágrafo, o desempenho dos bancos brasileiros é classificado como discreto por sua inconsistência e por falta de clareza e objetivo no tema socioambiental. Ainda, segundo ela, o Banco Bradesco apresentou indicadores de sustentabilidade consistentes, porém sua política socioambiental está muito “doméstica”, confinada a algumas agências e administração. Já o Banco Itaú-Unibanco apresentou inconsistência nas ações socioambientais, inclusive afirmando não ter qualquer política de consumo sustentável, apenas citando genericamente outras ações pontuais no crédito e na Ecoeficiência, o mesmo ocorrendo com o Banco do Brasil (IDEC, 2008).

Ainda de acordo com este relatório, todos os bancos brasileiros signatários dos Princípios do Equador (PE), quando indagados sobre preocupações com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, todos, sem exceção, apresentam a utilização de papel reciclado, reuso de cartuchos, coleta seletiva entre outras ações já amplamente divulgadas e massificadas pelas empresas que usam sua marca vinculada a sustentabilidade (IDEC, 2008).

Para maior dimensionamento desta questão, tais procedimentos estão ligados a práticas internas à organização e, portanto, longe do público que consome seus produtos ou serviços. Apesar de reportar projetos de pouca significância financeira e geralmente de risco ambiental moderado, observa-se que ao longo dos últimos anos os bancos brasileiros têm apresentado uma melhora significativa nas rotinas administrativas e vem transferindo isto para o conhecimento do público em geral. O pano de fundo são estratégias de boas práticas ambientais para aproximar e atrair novos investidores, mesmo quando o custo-benefício ainda não seja comprovado aos mesmos.

Isto se deve à presença de bancos estrangeiros, alguns signatários pioneiros motivaram a introdução de políticas e práticas socioambientais inovadoras, aumentando a competição do mercado brasileiro. Desta forma, o ambiente negocial brasileiro começou a incutir dentro de suas estruturas a cultura de sustentabilidade, como foi observado pela Federação Brasileira de Bancos – Febraban em seu relatório setorial de 2006. A necessidade de tomada de posição dos bancos, em relação às exigências do mercado



e da sociedade, quanto a uma atuação mais responsável foi outro fator relevante, relatada nesta pesquisa por depoimentos de várias autoridades reconhecidas e de diferentes segmentos da sociedade.

## **Papel da rede Bank Track em relação à atividade financeira no Brasil e no mundo**

Muitas Organizações não Governamentais (ONGs) foram receptivas aos Princípios do Equador (PE) quando eles foram concebidos, a despeito de suas falhas no quesito mínimo de transparência da divulgação de projetos concebidos dentro dos próprios Princípios, associados a relatórios não muito confiáveis. A rede Bank Track que soma 18 Organizações não Governamentais (ONGs), monitorou os Princípios do Equador (PE) desde sua criação e oferece sugestões construtivas para o tratamento de alguns problemas fundamentais. Lamentavelmente, a maioria desses problemas não foi propriamente tratada em uma recente revisão dos Princípios do Equador (PE), como citado pela jornalista Wilner (2006).

Segundo Kyte (2005), Michelle Chan Fishel dos Amigos da Terra (FoE), uma das Organizações não Governamentais (ONGs) afiliadas a Bank Track, afirmou obrigar os bancos a fazer *due-diligence* e avaliações ambientais em grandes investimentos, pois os princípios incluem também proteções nas áreas que variam de avaliações ambientais e dos habitats naturais aos direitos dos povos indígenas e do trabalho infantil. Entretanto, na mesma publicação, Chris Beale, diretor da área de investimento corporativo global do Citigroup, defende os bancos dizendo que há alguma uniformidade na maneira com que bancos preparam seus negócios na área ambiental e o relatório dos Princípios do Equador (PE), isso porque a maioria dos projetos grandes é financiada por sindicatos de operação bancária.

Apesar do apoio de Organizações não Governamentais (ONGs) importantes, a percepção que fica para elas é que os padrões de desempenho (e, por conseguinte os Princípios do Equador (PE)) não refletem mais a melhor legislação e a melhor prática internacional, segundo relatório recém-divulgado do Bank Track (2006b).

Segundo Bank Track (2006a), os Princípios do Equador (PE) não são um bom parâmetro para acompanhar financiamentos em atividades que se apresentam críticas às questões como a dos direitos humanos,

mudanças climáticas, biodiversidade e proteção florestal; bem como padrões e práticas para indústrias extrativas, setor de equipamento bélico, barragens, piscicultura e agricultura. Isto porque tais atividades publicadas, segundo documento da rede Bank Track (2006a), necessitam de acompanhamento específico e detalhadamente técnico.

Os Princípios do Equador (PE) ainda se apresentam falhos em relação aos requisitos e procedimentos de implementação rigorosa e consistente pelos bancos que os adotam. Eles não requerem nem transparência nem mecanismos para monitorar sua implementação e garantir sua conformidade, já mencionado em parágrafo anterior. Até o presente, a adoção dos Princípios do Equador (PE) também não tem evitado que bancos signatários se candidatem ou financiem alguns dos projetos com maiores riscos socioambientais, os quais têm recorrido ao mercado internacional de financiamento de projetos nos anos recentes, relata o Bank Track (2006a).

Devido a esta situação, contextualiza o Bank Track (2006a), há ainda uma necessidade premente para que as políticas adotadas pelos bancos se estendam além dos Princípios do Equador (PE), que os bancos desenvolvam políticas consistentes com as melhores práticas e padrões internacionais, além de que sejam aplicadas de forma transparente e eficaz. Os bancos necessitam desenvolver suas próprias políticas específicas ou setoriais para as quais existe uma carência efetiva de padrões internacionais de sustentabilidade, um exemplo é o financiamento da produção e do comércio de armas.

Bank Track (2006b) entende que os embargos de armas e os controles de exportação são violados continuamente, munindo numerosos conflitos e regimes repressivos. A indústria de equipamentos de defesa é conhecida por seu baixo padrão de sustentabilidade, pela corrupção e falta de transparência. Qualquer banco que promova serviços financeiros para o setor de equipamentos de defesa enfrenta sérios riscos de se envolver em transações duvidosas, então, o banco precisa desenvolver uma política ampla, possivelmente que envolva uma lista negra com exclusão de empresas.

Diante das contextualizações apresentadas, o Bank Track<sup>4</sup> realiza pesquisas a respeito de compromissos socioambientais dos principais bancos do mundo. Na edição realizada em 2007, foram pesquisados os

---

4 O relatório *Mind the Gap – Benchmarking credit policies of international Banks* pode ser encontrado em < [www.banktrack.org](http://www.banktrack.org) >. Acesso em 18/12/2008.

45 maiores bancos e conglomerados do mundo, onde responderam sobre 14 diferentes setores e temas.

Dentre os temas e setores abordados, estavam direitos humanos, agricultura, mudanças climáticas, biodiversidade, mineração, direitos trabalhistas entre outros. Foram feitas avaliações de transparência e a prestação de contas (*accountability*).

Em janeiro de 2010, mais de 100 grupos da sociedade civil liderado pelo Bank Track, apresentaram aos signatários dos Princípios do Equador (PE) propostas de medidas ousadas frente às grandes reformas necessárias em matéria de transparência, responsabilidade, implementação e mudança climática. Segundo carta aberta a toda sociedade, as Organizações não Governamentais (ONGs) exigem medidas corajosas para o futuro dentro dos Princípios do Equador (PE).

## **Os Princípios do Equador (PE) no Sistema Financeiro Nacional (SFN)**

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) recebe hoje, 20 dos 69 signatários dos Princípios do Equador (PE) espalhados pelo globo financeiro, demonstrando a pujança e a importância deste setor na economia e por que não dizer, na vida cotidiana brasileira.

A reunião destes signatários inclui os quatro bancos brasileiros, que ocupam no ranking de ativos totais, quatro das seis primeiras posições, somando mais de dois trilhões de reais em ativos, o que corresponde dentre os signatários algo em torno de 79% do total deste grupo, segundo dados obtidos junto ao Bacen (2009).

Também, chama a atenção, a quantidade de postos de trabalhos oferecidos por estes signatários, aproximadamente 504 mil, sendo segundo o Bacen (2009), 416 mil oferecidos pelos bancos signatários nacionais, ou ainda para expressar esta grandeza, mais de 82% dos postos de trabalho deste grupo.

Se considerar hipoteticamente que cada posto de trabalho representa uma família clássica de quatro pessoas, tem-se o impressionante número de diretos e indiretos desta atividade na casa de dois milhões de pessoas, isto, somente se considerar este grupo de 20 bancos, lembrando que no Sistema Financeiro Nacional o total atinge, segundo dados apurados no Bacen (2009), 136 instituições financeiras.

Quanto às atividades de crédito as quais deveriam se submeter aos Princípios do Equador (PE), os dados coletados junto aos bancos brasileiros apontam uma tendência do mercado financeiro em apropriar-se do tema sustentabilidade com claro objetivo de obter visibilidade junto à sociedade civil e a seus investidores. Também, é fato que a adesão aos Princípios do Equador (PE) como instrumento de controle de project finance não é bem sucedido, conforme as informações obtidas junto aos bancos brasileiros signatários, em face de seus valores registrados se apresentarem pouco significativo em relação à carteira total de crédito.

### **Considerações finais**

Muito embora os números não traduzam algo definitivo, os fatos apresentados durante todo o artigo já apontam sugestivamente para uma conclusão, ainda que frágil do ponto de vista científico, da falta de conhecimento do público em geral que consome serviços bancários a respeito dos Princípios do Equador (PE).

Ainda que operações de valores próximos a USD 10 MI não possam ser consideradas “populares ou de alcance de massa”, seus resultados conforme apresentado neste artigo, promovem mudanças significativas de ordem econômica e social onde são empregadas. E a partir deste “bojo circunstancial”, o tal diálogo proposto pelos signatários e constituído no compromisso formal, apresentado no início deste trabalho, não cumpre ao menos ‘parcialmente’, seu propósito entre a sociedade e os bancos.

Embora a atividade financeira não seja de grande impacto ambiental, os bancos, de certa forma, são potenciais promotores das operações que envolvem risco poluidor e necessitam de gerenciamento do capital reputacional, e como todo bem intangível agrega valor à marca do banco, principalmente num mercado globalizado e altamente competitivo, em que os bens tangíveis são mais facilmente imitáveis.

No Brasil, o risco de crédito, imagem e reputação ainda não tiveram a mesma ênfase observada em países de economias mais maduras, segundo relatos bibliográficos revisitados na pesquisa. Embora o país seja monitorado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e mídia internacional devido à importância de seus recursos naturais, não há ainda pressão suficiente da sociedade brasileira para gerar risco significativo de imagem, como ocorre em países desenvolvidos. O que

mostra, seguindo esta lógica, que será muito improvável que a adesão aos Princípios do Equador (PE) tenha a mesma eficácia que obteve de seus pares no continente europeu.

Contrariando o raciocínio a respeito do risco de imagem, a legislação ambiental brasileira pode até servir como motivação para a adoção dos Princípios do Equador (PE), pois não possui nenhum dispositivo legal para proteger os bancos de serem responsabilizados por eventual dano causado por seus tomadores de crédito, a exemplo do que existe na legislação americana. Seria, inclusive, um importante motivador, já que somente pelo fato de cumpri-la, bancos e clientes já estariam atendendo parte significativa dos requisitos dos Princípios do Equador (PE) e, em última análise, antecipando-se a exigência efetiva de seu cumprimento pelos órgãos ambientais.

A transparência dos mercados amplia o foco das organizações sociais quando expõem os riscos e consequências dos investimentos realizados pelos bancos, e estas organizações sociais, organizam campanhas buscando envolver empresas, seus financiadores e fornecedores, compradores, indústrias e consumidores, ampliando a exposição desta transparência em todas as etapas das cadeias de valor.

Por fim, o fortalecimento da reputação de um banco, assim como de uma organização social depende, não só da adoção de políticas consistentes, como também da capacidade das empresas de exporem publicamente seus dilemas e estarem abertas ao debate público sobre suas políticas. Promover o debate público é promover o diálogo, aquele proposto pela carta compromisso dos signatários dos Princípios do Equador (PE).

## **Referências bibliográficas**

BANCO BRADESCO S/A (2009). *Relatório de sustentabilidade, 2009*. Osasco: Banco Bradesco, 2009. Disponível em: < <http://www.bancodoplaneta.com.br/site/>>. Acesso em: 21 jan 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009). *50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional*. (Database: dez. 2009). Brasília:,BCB. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502005120P.asp>>. Acesso em: 20 maio 2010.

BANCO DO BRASIL S/A (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2009*. Brasília, BB. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/sustent2009.pdf>>. Acesso em: 21 fev 2011

BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (2006). *Relatório 2005*. Washington, BID. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 28 dez 2006.

BANCO ITAÚ (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2009*. São Paulo, Banco Itaú. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>>. Acesso em: 21 jan 2011.

BANK TRACK (2006a). *Good faith, good practice: implementation and accountability of the equator principles*. Utrecht, Bank Track. Disponível em: <<http://www.banktrack.org>>. Acesso em: 09 fev 2006.

\_\_\_\_\_ (2006b). *What is...Project Finance?* Utrecht, Bank Track. Disponível em: <<http://www.banktrack.org>>. Acesso em: 09 fev 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2009). *Relatório de Sustentabilidade 2009*. Brasília, CEF. Disponível em: < [http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440\\_1.asp](http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440_1.asp)>. Acesso em: 21 fev 2011.

CALDWELL, L. K (1990). *International environmental policy*. Londres, Duke University Press.

CAVALCANTI, C. (org) (1995). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez.

CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã.

\_\_\_\_\_ (1999). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Contraponto.

DATAFOLHA – INSTITUTO DE PESQUISAS (2009). *Pesquisa de opinião: A visão da população brasileira sobre bancos e práticas socioambientais*. São Paulo, Datafolha & Amigos da Terra. Disponível em:< [http:// ef.amazonia.org.br](http://ef.amazonia.org.br)>. Acesso em: 26 dez 2009

DRUCKER, P. F. (1989). *As novas realidades*. São Paulo, Pioneira.

DURRELL, L. (1986). *Gaia: el futuro del arca*. Madri, Blume.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (2006). *Relatório social 2006*. São Paulo, Febraban. Disponível em:< <http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 03 ago 2007.

FIORI, J. L. (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes.

GIDDENS, A. (1999). *Globalization – lecture 1*. Disponível em: <[www.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith](http://www.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith)>.

HOBBSAWN, E. (2005). *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.

IANNI, O. (1998). As ciências sociais na época da globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 37.

IDEC (2008). *Avaliação comparativa da Responsabilidade Socioambiental dos bancos no Brasil*. São Paulo.

INGLEHART, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC) (2007a). *Sustainable finance in Brazil*. Washington: International Finance Corporation (IFC). Disponível em: <[http://www.International Finance Corporation \(IFC\) In1.International Finance Corporation \(IFC\).org](http://www.International Finance Corporation (IFC) In1.International Finance Corporation (IFC).org)>. Acesso em: 30 jun 2007.

\_\_\_\_\_ (2007b). *Informações gerais da homepage*. Disponível em: <[http://www.International Finance Corporation \(IFC\).org/enviro](http://www.International Finance Corporation (IFC).org/enviro)>. Acesso em: 30 jun 2007.

KYTE, R. (2005). *Principles in question*. The Banker, London.

LEIS, H. R. (1992). “Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução”. In: Vários autores. *Reflexão cristã sobre o meio ambiente*. São Paulo, Loyola.

\_\_\_\_\_ (1993). Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92. *Lua Nova*, n. 31.

LISBOA, M. V. (2007). Segurança química e a sociedade de risco. São Paulo. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 2, n. 4.

MAB (2008). *Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E para quem?* Disponível em: <[www.mabnacional.org.br/artigos/031108\\_modelo\\_energetico](http://www.mabnacional.org.br/artigos/031108_modelo_energetico)>, Lutas sociais, hegemonia e democratização no planejamento e na gestão urbana

McCORMICK, J. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

MARX, K e ENGELS, F. (1991). *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo, Hucitec.

MÉSZÁROS, I. (2002). *Para além do Capital*. São Paulo, Bomitempo.

OCAMPO, J. A. (2003). *Globalización y desarrollo: una reflexión desde América Latina y el Caribe*. Bogotá, ECLAC, World Bank and Alfaomega.

SACHS, I. (1986). *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.

SANDRONI, P. (org.) (1999). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo, Best Seller.

SCHMIDHEINY, S. (1992). *Changing course*. Cambridge, MIT Press.

STROH, P. Y. (1995). “As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável”. In: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez.

THE EQUATOR PRINCIPLES. *Informações gerais sobre os Princípios do Equador*. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com>>. Acesso em: 5 maio 2009.

THE EQUATOR PRINCIPLES & LEIS, H. R. (1991). “Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo”. In: LEIS, H. R. *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes.

WANDERLEY, L. E. W. (2010). *Educação popular: metamorfoses e veredas*. São Paulo, Cortez.

WILNER, A. (2006). Projetos analisados sob Princípios do Equador são minoria. *Valor Econômico*. São Paulo, 5 set., p. F- 3.